

O mundo pós-pandemia: o novo normal neoliberal e o papel do Estado

Gilberto Maringoni¹

Os acontecimentos podem mover-se tão imprevisivelmente, com efeito, quanto os planos dos homens; é por isso que, em geral, pomos na sorte a culpa de todos os acontecimentos contrários ao nosso raciocínio.

Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso* (1987, p. 84)

Introdução

No início da terceira década do século XXI, a Humanidade se vê impactada por dois eventos de alcance global, a pandemia e a guerra. O propósito deste artigo é analisar algumas das consequências sociais e políticas da difusão de um vírus com alta taxa de infecção e letalidade em curto espaço de tempo. As repercussões da guerra na Ucrânia, evento ainda em curso quando este artigo era escrito (setembro de 2021), serão mencionadas lateralmente, por eclodir no momento em que a expansão da doença parecia controlada pela vacinação em massa.

A pandemia do novo coronavírus atingiu praticamente todas as esferas da atividade humana. Até o final de 2022, a doença contaminara quase 600 milhões de pessoas e matara cerca de 6,5 milhões ao redor do planeta, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2022). Sua propagação foi rápida, radical e profunda e colocou para a sociedade, acima de tudo, a oposição entre alternativas de Estado e de mercado para deter sua propagação. Essa disjuntiva não se revelou de maneira clara em meio ao caos provocado por altas taxas de mortalidade e é encoberta por terminologias como novo normal ou a falsa escolha entre vidas ou economia, propagada por alguns chefes de Estado.

O desenlace da disputa política envolvendo saídas pautadas pelo poder público ou pela mercantilização da saúde está definindo o mundo pós-pandemia. Há nuances entre elas, mas

¹ Professor Associado do Bacharelado de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC, Doutor em História Social pela FFLCH-USP e Coordenador do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (OPEB). Email: gilberto.maringoni@ufabc.edu.br

as duas diretrizes são excludentes. Vale a pena, antes de prosseguir, fazermos um breve comentário sobre o choque bélico na Eurásia.

Há uma remota correspondência entre dois eventos de um século atrás com a situação atual, porém numa ordem inversa: o mundo enfrentara uma guerra e uma pandemia de largas resultantes internacionais. Apesar de ser arriscado traçar analogias entre tempos e conjunturas tão distintos, vale nos determos em algumas características daquele período.

A Grande Guerra de 1914-18 teve seu teatro de operações restrito à Europa, com envolvimento de países do continente e de suas colônias, com exceções na Ásia (China, Japão e Sião, entre outros) e nas Américas (EUA). No entanto, suas decorrências políticas, econômicas e sociais se espalharam pelo mundo.

Nos dias atuais, a guerra da Ucrânia vai muito além de uma invasão localizada apenas no território em disputa. Depois da II Guerra Mundial, este é o embate de maiores repercussões planetárias até aqui. Os casos da Coreia, Vietnã, libertação das antigas colônias da África e da Ásia – conflitos no âmbito da Guerra Fria –, embora implicassem enfrentamentos indiretos das grandes potências, nem de longe tiveram reverberações semelhantes ao choque atual. Idem as invasões da OTAN e dos EUA na antiga Iugoslávia, no Iraque, na Líbia, no Afeganistão e em outras partes do mundo, no bojo da unipolaridade imperial e da chamada Guerra ao Terror.

A profundidade das sanções econômicas (com a respectiva tragédia humanitária), o cerco midiático à Rússia e a preocupante russofobia incentivadas por Washington são verdadeiras declarações de guerra ampliadas. Sua principal percepção na Europa é a inflação nos preços de energia (petróleo e gás) e de alimentos, com efeito multiplicador ao redor do mundo.

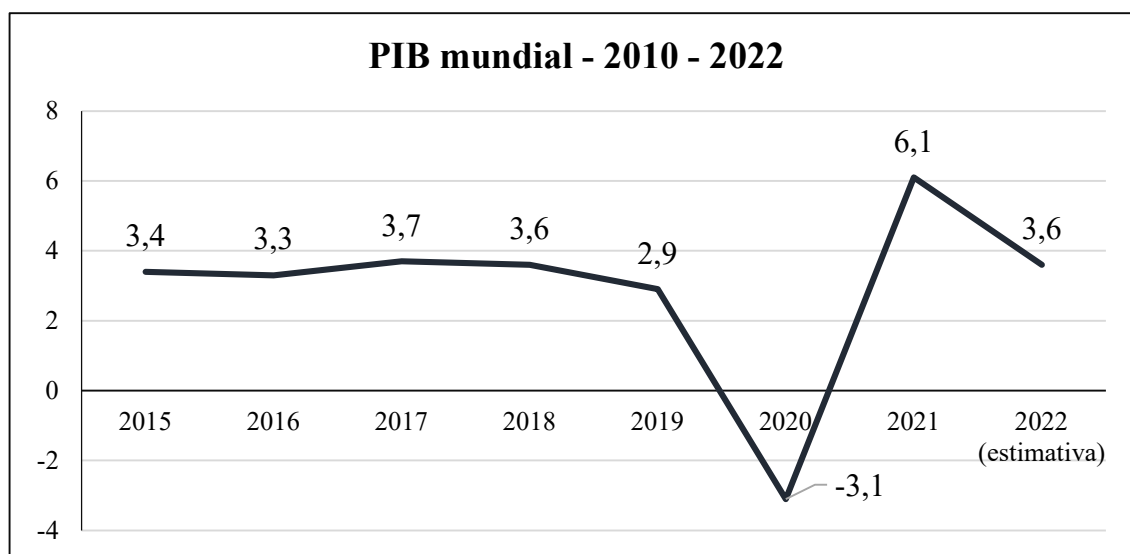
O conflito ucraniano – se tivermos uma métrica política e flexível – é assim um enfrentamento global real. Por acontecer num momento de integração midiática e de transportes avançada, todos os países e governos de uma forma ou de outra são implicados na contenda, assim como uma porcentagem inédita de pessoas ao redor do planeta. A guerra potencializa incertezas econômicas da forte desaceleração econômica de 2020, por força do avanço do Covid-19 e de suas variantes. É possível que o mundo esteja nas bordas de uma recessão generalizada.

Mudança abrupta

Quando um vírus até então desconhecido irrompeu na província chinesa de Wuhan, em dezembro 2019, nada indicava que seus efeitos poderiam mudar de forma tão abrupta modos de vida, rotinas, normas administrativas, relações sociais, organização de espaços públicos e privados, atividades coletivas, práticas culturais e procedimentos políticos. Diante da nova situação, cuja única possibilidade de prevenção até o início de 2021 era o isolamento social, disseminou-se um clima de medos constantes diante de um inimigo desconhecido.

São ainda incertas as consequências da pandemia no longo prazo, apesar do declínio de sua disseminação e do número de mortes verificados a partir de seu segundo ano. A invenção de vacinas e sua rápida distribuição internacional foram os fatores determinantes para esse recuo.

O PIB global despencou em 2020, o que suscitou significativos investimentos estatais para reverter o ciclo econômico descendente no ano seguinte.



Fonte: FMI, World Economic Outlook, consulta em 12.09.2022.

A doença colidiu com a economia internacional como força externa a ela e colocou em questão parâmetros da globalização neoliberal estabelecidos nas últimas quatro décadas. Em outras palavras, se o surgimento da Covid-19 faz parte das condições objetivas da realidade, o seu desenvolvimento, deslocamento e contágio está subordinado – impulsionado ou bloqueado – por condições subjetivas, as ações humanas.

O novo coronavírus deixou o mundo diante de uma situação inédita. Não há analogias ou experiências históricas disponíveis para se traçarem paralelos, para além dos eventos de

cem anos atrás, já mencionados aqui. A chamada gripe espanhola da segunda década do século XX, a mais letal e abrangente pandemia do mundo industrializado, foi devastadora e infectou uma em cada três pessoas no planeta, ou 500 milhões de seres humanos. A jornalista britânica Laura Spinney informa que:

Entre o primeiro caso registrado em 4 de março de 1918 e o último em março de 1920, [a influenza] matou entre 50 a 100 milhões de pessoas, ou entre 2,5 e 5% da população mundial - uma faixa a expressar a incerteza que ainda cerca a doença. Em termos de eventos únicos que causaram grande perda de vidas, ela superou a I Guerra Mundial (17 milhões de mortos), a II Guerra Mundial (60 milhões de mortos) e possivelmente os dois acontecimentos juntos. Foi a maior onda de mortes desde a Peste Negra, talvez em toda a história da humanidade (SPINNEY, 2017, p. 6, tradução nossa).

A gripe espanhola ocorreu em meio ao processo definido pelo historiador italiano Domenico Losurdo como a *Segunda Guerra dos Trinta Anos*. Ele se refere ao intervalo 1914-45, que ensejou alterações profundas na estrutura de poder e na geopolítica planetária. Estão aí contidas duas guerras mundiais, uma crise econômica no centro do sistema, o fim de quatro impérios, a Revolução Russa e a mudança de hegemonia no contexto mundial. Ainda assim, a articulação das cadeias globais de valor e da alta finança não se comparavam ao panorama assistido exatamente um século depois.

Cálculos realizados entre 48 países que apresentavam estatísticas confiáveis dão conta de uma redução de 6,2% do PIB global entre 1918-21. É difícil debitar tamanho recuo apenas à influenza, dados os impactos concomitantes da I Guerra (1914-18) na economia planetária (BARRO, R, URSUA, J. F. e WENG, J., 2020, p. 11).

O novo coronavírus emerge em meio a progressos científicos-tecnológicos incomparáveis em relação aos tempos da gripe espanhola, num ambiente global financeirizado, pautado por integrações sofisticadas das economias nacionais e numa acirrada guerra comercial entre as duas maiores potências do planeta. A economia internacional vive uma segunda onda neoliberal, como consequência de uma lenta e acidentada recuperação da crise de 2008, e um avanço da direita xenófoba não apenas na periferia do mundo. A demonização do Estado e dos serviços públicos seguiu ativa, como expressão da proeminência da ortodoxia monetarista no Ocidente.

É este um mundo de baixo crescimento, alto desemprego e aceleração da concentração de renda e riqueza. Mesmo que em número de vítimas a devastação não tenha o

alcance do quadro de 1918-20, a interconexão estreita das cadeias de valor ao redor do planeta suas consequências sociais podem ser mais significativas. A subsequente eclosão da guerra na Eurásia embaralha os prognósticos de cenários claros. À falta de nome melhor, a situação tem sido chamada de *novo normal*.

O novo normal

Um dos lugares comuns mais gastos do período pós-2008 é a expressão *novo normal*. Todas as anomalias seguintes à catástrofe sanitária e bélica, com suas tensões políticas, econômicas, sociais e culturais são classificadas no escaninho genérico dessa combinação de duas palavras.

O termo foi criado pelo economista e empresário estadunidense Mohamed El-Erian, no artigo "A new normal". Em seus argumentos, após a crise capitalista de 2008, a economia romperia com dinâmicas anteriores de desenvolvimento, emprego e demanda e passaria a funcionar por um longo período com baixas taxas de crescimento, desemprego elevado e com um sistema financeiro desalavancado e desglobalizado. Não haveria a volta a uma vida "normal" pré-crise, mas a humanidade estaria sujeita a uma inédita estabilidade mediocrizada (EL-ERIAN, 2009).

Quaisquer que sejam os adjetivos, o *novo normal* da pandemia não corresponderia mais a uma mediocridade estável, ou seja, a um equilíbrio previsível num patamar baixo de atividades econômicas, mas a um quadro aberto a instabilidades frequentes.

Normas, regras de convivência, limites e possibilidades coletivas e morfologias sociais são sempre resultantes de correlações de forças existentes na sociedade em momentos determinados. É uma disputa no terreno da política, que envolve convencimento e coação no jogo de forças que Gramsci classificou como disputa de hegemonia. Os parâmetros *normais* mudam em cada época, de acordo com o dinamismo desse enfrentamento social.

Vamos repetir algumas constatações já descritas no início. A pandemia não nasce dos conflitos sociais. É uma interferência externa que obriga cada ator a se recolocar diante do embaralhamento social que provoca. Em outras palavras, a enfermidade não surge a partir da ação humana consciente, mas sua propagação geográfica e demográfica depende de decisões subjetivas. É aqui que a doença se insere na esfera política e funciona como ferramenta para se alterarem regras estabelecidas anteriormente, acelerando o desenlace de tensões que

estavam em andamento. Ou para “passar a boiada”, na imortal expressão de Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro, na fatídica reunião ministerial de 22 de abril de 2020². Algumas dessas alterações de regras podem aqui ser descritas.

Uma lógica de convivência imposta ao mundo desde os anos 1970-80 começou a se mostrar ineficaz em 2008 e se desmancha no ar a partir de 2020. Trata-se da lógica de que o livre-mercado seria o ordenador da vida social. Em quase todo o mundo, os Estados voltam a ter papéis cruciais diante das incertezas. A divergência passou a ser sobre o que fazer num segundo momento, com a redução das infecções.

A percepção dessa mudança de lógica é tão abrupta, tão repentina e violenta que afeta nossos sentidos. É como se estivéssemos em um voo acrobático, após dois *loopings*, um parafuso e um tunô de barril. Com a cabeça meio girada, o tripulante do avião leva alguns segundos para perceber onde está o horizonte, de que lado estão o céu e a terra e em que direção ficou a pista para a qual se deve voltar.

Ao longo de quatro décadas, a sociedade digeriu a ideia propagada pelas grandes corporações – produtivas, financeiras e de mídia - de que a felicidade chegara para todos e haveria um pote de ouro no fim de um infindável ajuste fiscal. O grande arauto dessas novidades no Brasil, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso escreveu, em 1995, que assistíamos à chegada de um “Novo Renascimento” (FOLHA DE S. PAULO, 1997).

A globalização de uma contrarrevolução conservadora propagou uma espécie de refundação conceitual do mundo nascido depois da II Guerra Mundial. Os processos são mais do que conhecidos. Com o advento do neoliberalismo e o desmanche do império soviético, no início dos anos 1990, os obstáculos apregoados pelas classes dominantes para um tempo de progresso e paz ficaram visíveis. Demonize-se o Estado em nome da supremacia do mercado, abandone-se qualquer ideia – na periferia – de desenvolvimento, em nome do que o mesmo Fernando Henrique Cardoso exaltou como a “maior abertura aos fluxos externos de bens, serviços, capital e tecnologia [que] contribuiu para uma reestruturação abrangente de nossa base produtiva (CARDOSO, 2001)”. Façamos abertura comercial, privatizemos, cortemos gastos públicos, executemos o dever de casa, desregulemos a economia, aceitemos as

² Durante a reunião ministerial de 22 de abril de 2020, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, falou o seguinte: “Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo”.

regras de um mundo sem regras e deixemos o atraso para trás. Adotemos disciplina fiscal, câmbio flutuante e métricas de propriedade intelectual propostas pelos grandes centros produtores de tecnologia ³.

Essa conduta foi externada também, num rasgo de sinceridade, pelo chanceler do governo FHC, Luiz Felipe Lampreia (1995-2001), em artigo publicado em 1998:

O atual momento da história mundial exige (...) que as opções nacionais se façam dentro dos parâmetros políticos, econômicos, sociais e ambientais predominantes no meio internacional e correspondam, de modo geral, aos valores e desejos dos brasileiros” (LAMPREIA, 1998).

O admirável mundo novo sem porteira estava ao alcance da mão, numa luta incessante do moderno contra o arcaico, outra nuvem de fumaça a encobrir a disjuntiva entre Estado e mercado. Houve uma associação perversa entre tais miragens e a perspectiva de felicidade pessoal, que foi a chave para a aceitação desse – digamos – *novo normal* liberal.

Nessa perspectiva, o acesso e a troca de informações seriam ilimitadas, não haveria barreiras para a circulação de dinheiro e as fronteiras entre países estariam em dissolução. O Estado-nação seria um conceito anacrônico e a TV a cabo, a internet, o multiculturalismo e uma série de quinquilharias simbólicas teriam surgido para mudar todas as vidas para sempre. Jovens de classe média passaram a fazer MBAs e a assistir palestras de conselheiros de mercado vindos de fora – hoje chamam-se *coaches* – a ensinarem como serem eficientes e competitivos na vida profissional.

Haveria até mesmo um estatuto de cidadania global, que a classe média traduzia como a possibilidade de ir a Miami duas vezes ao ano. Com a queda relativa dos preços de passagens aéreas e a expansão do crédito pessoal após o advento do Plano Real – que de início deu aos brasileiros a falsa ideia de que sua moeda era mais valorizada que o dólar –, o planeta estaria ao alcance das mãos. E esse planeta falava inglês, obviamente. Os supermercados ficaram abarrotados de marcas que conhecíamos apenas em filmes e, apesar da qualidade dos vinhos ter melhorado, a vida concreta seguia na periferia daquele universo encantado, com estatais e serviços públicos em processo de liquidação.

Não se propagava abertamente que a mobilidade sem fronteiras era privilégio do dinheiro e das mercadorias, mas não das pessoas, numa espécie de *comunismo das coisas*,

³ Vale sempre notar que, historicamente, se havia um "consenso" acerca de uma suposta "supremacia" do mercado sobre a iniciativa pública, ele já havia ruído com a crise na bolsa de valores de Nova York, em 1929.

como notou Robert Kurz em livro de grande impacto no início dos anos 1990 (KURZ, 1993, p. 228). Mesmo assim, a liberdade estava assentada nos cânones da superioridade do privado sobre o público, nos quais o mais forte impõe as regras.

A rota acidentada das economias de mercado, desde então, apresentou crises localizadas no sul da Ásia, na Rússia, no México, no Brasil e na Argentina. Em paralelo a isso tudo, a emergência da China como ator de primeira grandeza na cena mundial, no início do novo século, colocou um ponto final à década do unilateralismo estadunidense. A culminância do que Alan Greenspan, ex-presidente do banco central dos EUA, classificou em 1996 como “exuberância irracional” se deu com a crise do *subprime*, em 2008. Embora seja arriscado comentar eventos históricos durante sua ocorrência, as consequências atuais do coronavírus têm de ser compreendidas no espectro da crise de 2008. Ao mesmo tempo, o impacto econômico da doença – repetimos – abre um novo terreno de disputas.

A geografia da doença

A globalização do *novo normal* não é pautada apenas pela mão invisível do mercado. Ela conta com um vírus também invisível aos olhos, que se moveu em três meses de leste para oeste, saindo da China e alcançando todo o Ocidente. Provavelmente, a doença viajou de avião para a Itália, Austrália e para a costa leste dos Estados Unidos. Em solo europeu, a Covid-19 ganhou a França, a Espanha, Portugal, pedaços da Alemanha e cruzou o Canal da Mancha. Em seguida, atravessou o Atlântico e chegou à América do Sul, estabelecendo São Paulo como sua base inicial. Ainda no reino das conjecturas, a contaminação se propagou a partir de quem tem algum dinheiro para viajar e contaminou inicialmente bairros de classe média de São Paulo e viajou ao Rio de Janeiro, por terra e por ar. Logo se espalhou pelo país.

O contágio obedeceu um roteiro de manual de luta de classes. Das zonas urbanas de remediadas migrou e se consolidou entre regiões pobres, bairros de periferia e favelas, numa escalada devastadora.

Em 5 de maio de 2020, Guilherme Benchimol, presidente da corretora XP Investimentos declarou ao jornal *O Estado de S. Paulo* o seguinte: “O pico da doença já passou quando a gente analisa a classe média, classe média alta. O desafio é que o Brasil é um país com muita comunidade, muita favela, o que acaba dificultando o processo todo”.

O manual de luta de classes se revela quando um operador financeiro dá tamanha demonstração de insensibilidade. Nada como um analista de mercado a pautar a vida social.

Voltemos no tempo e alarguemos os horizontes. No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que a propagação do novo coronavírus se configurava como pandemia, expressando a avaliação dos principais centros de pesquisa sanitária do mundo. Cinco dias depois, o presidente francês Emmanuel Macron fez um pronunciamento televisivo de pouco mais de 20 minutos. Por seis vezes, a pontuar o ritmo da fala, o chefe do palácio do Eliseu repetiu: “Estamos em guerra”⁴.

O mote *guerra*, a partir daí disseminou-se pelo mundo, sendo repetido não apenas por políticos, como por sanitaristas. Até mesmo o então ministro da Defesa do Brasil, general Fernando Azevedo e Silva, afirmou, em 16 de abril: “Estamos em uma guerra e o Exército está nela”. Bravata, como se sabe. As Forças Armadas brasileiras entraram na guerra através de uma polêmica intervenção no ministério da Saúde – através dos ministros Eduardo Pazuello e Marcelo Queiroga –, que primou pela inoperância, pelo empreguismo, por suspeitas de corrupção e por não traçar nenhuma estratégia sanitária nacional. O Exército brasileiro demonstra não ter a menor noção do que signifique um conflito de grandes proporções.

Apesar disso, a metáfora lançada por Macron tem sua razão de ser. Em termos formais, uma pandemia é muito diferente de uma guerra. Na guerra o objetivo é matar pessoas, na pandemia, a meta é salvar pessoas. No entanto, só se pode combater infecções com larga expansão territorial através de um tipo de mobilização política e social semelhante à de uma união nacional contra agressão externa.

Em ambos os casos é necessário um comando nacional único e centralizado capaz de mobilizar e coordenar ações de três níveis do Estado – nas áreas de informação, crédito, financiamento, redes de saúde, educação, pesquisa, assistência social e forças armadas – e da iniciativa privada – comércio, indústria e serviços, com destaque para transportes –, além de entidades associativas.

O vírus se move geograficamente, ocupando espaços e territórios. Embora o atendimento médico na fase aguda da doença seja individualizado, o controle do ataque viral demanda ação pública e coletiva. O isolamento social e territorial só pode ser aventado mediante operações de compensação e transferência de renda que supram necessidades

⁴ O discurso pode ser assistido ou lido aqui: <https://vancouver.consulfrance.org/Coronavirus-Allocution-d-Emmanuel-Macron-16-mars> (Acesso em 13.09.2022)

básicas da população em períodos de suspensão de atividades econômicas. Secundariamente, o confinamento físico apenas é factível através da adoção de táticas e logísticas militares e eficientes campanhas de esclarecimento popular. No caso concreto do Brasil, a ação estatal teria a vantagem de contar com a decisiva atuação da rede pública e capilarizada do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ressalte-se: o combate a uma pandemia tem de ser pensado antes de mais nada como disputa de tempo, espaço e território (OLIVEIRA, 2020). Só se enfrenta a Covid-19 se o conhecimento de seu deslocamento geográfico presente e futuro for o mais detalhado possível. Assim se traçam normas de isolamento. Vale atentar para o que escreveram Dina Czeresnia e Adriana Maria Ribeiro, da Escola Nacional de Saúde Pública

Em epidemiologia, o uso do conceito de espaço acompanhou o desenvolvimento teórico da geografia, especialmente da vertente chamada geografia médica. Pensando a especificidade desses estudos, destaca-se, mais uma vez, a importância da teoria de transmissão de germes como estrutura nuclear da apreensão da relação entre espaço e corpo, constituindo-se também em limite epistemológico à intenção de compreender o espaço como uma totalidade integrada (CZERESNIA e RIBEIRO, 2000).

Assim, o conhecimento e o domínio do espaço geográfico se mostra essencial para uma ação integrada no combate à doença. E tal ação só é possível por iniciativas estatais coordenadas. No Brasil e nos Estados Unidos – países nos quais a doença fugiu de controle – as soluções adotadas foram descentralizadas, anárquicas e com uma multiplicidade de procedimentos. Em síntese, nos dois países, a lógica de mercado se sobrepôs às necessidades da saúde pública.

Voltemos à analogia bélica. A maneira mais eficiente de se combater o coronavírus é encará-lo como um exército invasor contra o qual uma multiplicidade de forças nacionais pede comando centralizado, convergência de forças, emulação e unidade de ação. O mapeamento da ocupação só pode ser realizado por uma rede pública e nacional de saúde fortalecida. A estratégia de defesa precisa envolver recursos ilimitados e a fundo perdido (em especial para que se garanta o funcionamento da economia, com dinheiro nas mãos das pessoas e créditos para as empresas), campanhas educativas e restrições à mobilidade, para garantir isolamento social. As medidas demandam ação militar e sanitária, além de investimentos emergenciais em pesquisa, compra de equipamentos, montagens de hospitais, atuação rápida, transparência de decisões etc. A difusão da ideia de *agressão externa* e de *Pátria em perigo*, típica de conflitos bélicos, torna-se fundante. Sem mobilização e convencimento social não se

enfrenta a pandemia. O clima de *new deal* mais economia de guerra é essencial para uma empreitada desse tipo.

A China obteve êxito em mitigar a propagação da Covid-19, por duas vezes, em 2020 e em 2022. Pode-se alegar que o país é governado por uma ditadura há mais de 70 anos, motivo pelo qual uma dinâmica articulada nos moldes acima enunciados é factível. O mesmo não seria possível em um regime de liberdade.

A alegação é enganosa. Grandes democracias enfrentaram guerras cruentas sem perder sua pluralidade política. Vamos repetir uma vez mais: a questão a ser colocada não é entre ditadura e democracia, mas entre mercado e ação estatal.

Embalagem criativa

No caso brasileiro, a dicotomia adquiriu uma embalagem criativa, destinada a embaralhar a controvérsia real. O governo Bolsonaro difundiu como escolha de Sofia a oposição entre salvar vidas ou salvar a economia. Há métrica no caos. Trata-se da contrariedade do governo federal com as políticas de isolamento, a partir da postura negacionista do presidente e de seu ministério sobre a gravidade do problema. Para Jair Bolsonaro, a Covid-19 não passa de uma “gripezinha”, o que não demandaria vultosos gastos para o combate ao contágio. O problema do país seria isolar as pessoas e fechar o comércio.

A postura opôs o presidente à maioria dos governadores, que acabaram cedendo às pressões políticas do governo federal e às demandas de empresários e até mesmo de trabalhadores para a não-adoção de um isolamento social rígido. A forma de fazer isso foi colocar dificuldades iniciais para o fornecimento de auxílio emergencial e financiamentos às empresas por parte do Tesouro e dos bancos oficiais, mantendo uma rígida disciplina fiscal a que o país está submetido desde 2015.

Mesmo assim, o governo foi forçado a adotar o chamado orçamento de guerra, através de emenda constitucional promulgada no início de maio de 2020⁵. A medida na prática acabou com restrições orçamentárias no combate à doença e permitiu que se rompesse o chamado teto de gastos, que engessa o orçamento federal desde 2017.

Em 2020, foram gastos R\$ 524 bilhões de R\$ 604,7 bilhões previstos pelo Tesouro Nacional (7% do PIB). Em 2021, o total foi de R\$ 121,4 bilhões, ante uma previsão de R\$ 150,2

⁵ Emenda Constitucional 106, de 2020, decorrente da PEC 10/2020

bilhões. Finalmente, em 2022, foram pagos, até agosto, R\$ 17,8 bilhões, a partir de uma previsão de R\$ 29,6 bilhões (TESOURO TRANSPARENTE, 2022). Isso impediu que o recuo do PIB fosse mais profundo.

A não-liberação do total no período manteve restrições de crédito para pequenas e médias empresas e criou uma pressão empresarial pela reabertura do comércio com o contágio em ascensão. Os resultados previsíveis até o advento das vacinas, em janeiro de 2021, foram avanço nas contaminações e baixa nas vendas seja pelo medo do vírus, seja pela insuficiência de demanda num período de alto desemprego. Ou seja, o mundo real desmentiu a contradição economia *versus* vida. O Brasil teve aumento do número de mortes mais queda acentuada da atividade econômica.

Qual tem sido a solução generalizada para manter a demanda efetiva ao redor do mundo? Aumento dos gastos, investimentos públicos e emissão monetária sem preocupação imediata com déficits têm sido a norma, mesmo em países governados pela direita neoliberal. No início de junho de 2020, o Banco Central Europeu anunciou um gigantesco programa de desembolsos da ordem de 1,35 trilhão de euros, algo próximo a 80% do PIB brasileiro (BBC NEWS BRASIL, 2020). No final do mês seguinte, líderes da União Europeia chegaram a um novo acordo para um programa de recuperação econômica de mais 750 bilhões de euros. Segundo a revista *The Economist* de 24 de abril de 2020, os gastos extraordinários dos países para reverter os efeitos econômicos da pandemia eram da seguinte ordem, em porcentagens do PIB: Estados Unidos 22%, Itália 21%, Canadá 21%, Espanha 18%, França 17%, Japão 15%, Grã-Bretanha 10% e Alemanha 9%. Como mencionado acima, o Brasil desembolsou 7%.

Os dispêndios visam sustentar demandas internas, cobrir folhas salariais de empresas e abrir vultosos programas de crédito empresarial.

Formou-se um aparente consenso entre especialistas de variadas correntes: “Até economistas tidos como falcões do fiscalismo tenderam a apoiar gastos emergenciais agora e alguns querem mesmo ampliá-los”, afirma o citado artigo da *The Economist*. A revista, no entanto, não perde o hábito e em seguida ressalta: “Ainda assim, de uma maneira ou de outra, a conta chegará. Quando isso acontecer, pode não haver uma maneira indolor de saldá-las” (THE ECONOMIST, 2020, tradução nossa).

O impacto da pandemia no mundo do trabalho se deu especialmente no primeiro semestre de 2020. As expressivas medidas anticíclicas tomadas em especial nas economias

centrais provocaram forte reversão no desemprego. No entanto, a eclosão da guerra provoca novas turbulências. Em seu relatório de maio de 2022, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma:

O número de horas trabalhadas no mundo se deteriorou no primeiro trimestre de 2022 e permanece 3,8 % abaixo do nível do quarto trimestre de 2019 (o *benchmark* pré-crise). Isso equivalente a um déficit de 112 milhões de empregos em tempo integral, indicando um retrocesso no processo de recuperação. Medidas de contenção recentes na China representam a maior parte do declínio mostrado nos indicadores. As estimativas para o primeiro trimestre de 2022 apresentam uma deterioração acentuada em comparação com as projeções da OIT anteriores de janeiro de 2022 (2,4 % abaixo do nível pré-crise, equivalente a 70 milhões de empregos em tempo integral).

O conflito na Ucrânia teve não só um impacto de dimensões regionais, como atingiu a economia global por aumento da inflação, especialmente nos preços de alimentos e energia e interrompendo as cadeias de suprimentos globais. Além disso, o aumento da turbulência financeira e o aperto de políticas monetárias pode ter um efeito mais amplo nos mercados de trabalho em todo o mundo (OIT, 2022, tradução nossa).

Pequenos e médios negócios enfrentaram não apenas as agruras do confinamento, mas especialmente da contração da demanda. A indústria do turismo – transportes e hotelaria – encolheu significativamente ao longo de 2020.

Na crise de 2008, os cofres dos tesouros nacionais da maioria dos países também foram escancarados para salvar suas economias. Ao longo da década seguinte, tendências protecionistas no mercado internacional ganharam forte apelo político-eleitoral. Reapareceu um discurso antiliberal de direita em defesa dos negócios e dos empregos, como não se via desde o entreguerras.

Os casos mais notáveis de avanço do conservadorismo nacionalista na segunda década do século aconteceram nos Estados Unidos, com a eleição de Donald Trump (2016), na Inglaterra, com a vitória do Brexit (2016), no Brasil, com a escolha de Bolsonaro (2018) e com a legitimação de lideranças com discursos xenófobos na Itália, na Hungria, em Israel e na Polônia. De maneira indireta, vertentes de extrema-direita vocalizaram forte oposição a um cosmopolitismo ultraliberal, ao enfraquecimento de instrumentos reguladores do Estado e à imigração.

No caso de Bolsonaro, não há defesa do Estado, mas um improvisado nacionalismo militar aliado a pregações fundamentalistas de matiz religiosa que ajudaram a consolidar um discurso de ordem, moral e civismo. Assim, a campanha da extrema-direita seduziu uma população apossada pelo desemprego e pela depressão iniciados por um governo de centro-esquerda em 2015-16.

Achismo pós-pandemia

Teremos um novo normal? Ou teremos novos normais como possibilidades múltiplas, a depender das disputas em curso, em especial agora a da guerra?

O exercício de prever o mundo pós-pandemia tem muito de achismo, não apenas pela contenção da doença ainda estar em curso, após o advento das vacinas, mas pelas repercussões da guerra, logo em seguida. Esse novo mundo depende dos rumos e ritmos da luta política entre partidários da ação estatal e mercadistas, comentados anteriormente.

Em 19 de março de 2020, Branko Milanovic, professor da London School of Economics, externou na *Foreign Affairs* seu temor de um “colapso social”. Segundo ele:

O mundo enfrenta a perspectiva de mudança profunda: um retorno à economia natural – ou seja, autossuficiente. Essa mudança é exatamente o oposto da globalização. Enquanto a globalização implica uma divisão do trabalho entre economias díspares, um retorno à economia natural significa que as nações se moveriam em direção à autossuficiência. Esse movimento não é inevitável. [...] Mas se a crise continuar, a globalização poderá se desfazer. Quanto mais dura a crise, e quanto mais obstáculos ao livre fluxo de pessoas, bens e capitais, mais esse estado de coisas parecerá normal. [...] O movimento para a economia natural seria impulsionado não por pressões econômicas comuns, mas por preocupações muito mais fundamentais, a saber, doenças epidêmicas e medo da morte (MILANOVIC, 2020, tradução nossa).

Um retorno ao que Milanovic classifica como economia natural oposta à globalização equivale a um recuo das bases do neoliberalismo e uma autarquização crescente das economias nacionais, com aumento do protecionismo e a proeminência de barreiras comerciais rígidas. Teríamos o retorno a algum tipo de regime de substituição de importações e conseqüente reconversão industrial? Ou seja, de volta ao Estado indutor, planejador e financiador?

A bem da verdade, tais predicados estatais nunca foram perdidos em nenhum país capitalista. O que variou foi a intensidade e a agenda dessas características num mundo de cadeias produtivas interdependentes. Ou seja, a cada determinado período histórico, o Estado induziu setores, planejou – até por omissão – o crescimento de outros e apontou favorecimentos a definidos focos de atividades. A pergunta nesse caso deveria ser outra: voltaremos a ter um Estado desenvolvimentista?

A devastação econômica que se espalhou no primeiro ano da peste e se acentua com as reverberações da guerra da Ucrânia acelera tempos políticos e serve de catalisador de tendências e tensões visíveis no mundo pós-2008. A fragilidade do mercado como organizador

social fica evidente, mas tal disfunção por si só não engendra sua superação. É difícil vislumbrar a existência de força política capaz de construir tal ultrapassagem.

Recuemos novamente um século no tempo. A superação do longo ciclo do liberalismo clássico se deu através de uma sucessão de desastres na já aludida Segunda Guerra dos Trinta Anos, entre 1914-45. Ao estudar o colapso do século hegemônico pela Grã-Bretanha – período histórico compreendido entre o Tratado de Viena, em 1815, e o início da I Guerra Mundial, em 1914 – Karl Polanyi, no clássico *A grande transformação*, sublinhou o seguinte, em 1944:

Nossa tese é que a ideia de um mercado autorregulável implicava uma rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto. Inevitavelmente, a sociedade teria que tomar medidas para se proteger, mas, quaisquer que tenham sido essas medidas, elas prejudicaram a autorregulação do mercado, desorganizaram a vida industrial e, assim, ameaçaram a sociedade em mais de uma maneira (POLANYI, 2000, p. 18).

No meio da pandemia, a supremacia do mercado autorregulável implica novamente “aniquilar a substância humana e natural da sociedade”.

O não-lugar do trabalho

A partir do início de 2020, o isolamento forçado de pessoas levou dirigentes públicos e privados a perceberem que empresas, escolas, agremiações, entidades associativas e variados trabalhos podem prescindir de atividades presenciais, graças aos notáveis progressos tecnológicos desenvolvidos a partir dos anos 1970. O setor de serviços é capaz de funcionar remotamente, reuniões ganham eficiência e têm custos reduzidos quando realizadas *online*, poupam-se deslocamentos, viagens, hospedagens, custos de alimentação e toda uma cadeia de atividades de suporte pode ser eliminada num futuro próximo. Tornou-se real um mundo sem contato físico, sem gregarismos e no qual a visão de dezenas de profissionais confinados num mesmo ambiente passa a ser a lembrança de um passado sem retorno.

O previsível fim dos grandes escritórios esvaziará salas, andares e edifícios nas cidades.⁶ A adoção da modalidade *home office* terá consequências ainda não avaliadas em uma série de atividades conexas, que vão de serviços de limpeza, cozinha, apoio de

⁶ Em crônica, Ruy Castro escreveu que “Uma das consequências da pandemia será o fim dos escritórios e a consolidação do *home office*. Se isso acontecer, quem quiser saber no futuro como eles eram terá de recorrer a filmes cuja ação se passava neles”. Castro, Ruy, “Era uma vez o escritório”, *Folha de S. Paulo*, 12.07.2020, pág. 2 (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2020/07/era-uma-vez-o-escritorio.shtml>)

suprimentos. É possível que grandes instalações empresariais deixem de existir. Bairros comerciais inteiros podem se ver subitamente esvaziados, ensejando um impacto deflacionário no mercado imobiliário de difícil cálculo prévio. Menores deslocamentos também implicarão redução de frequências e linhas de transportes urbanos, interurbanos e internacionais. As decorrências na redução do nível de emprego e na demanda também podem ser irreversíveis. Voltaremos ao tema mais adiante.

Como ficará o mundo do trabalho a partir do fim da pandemia, quando os trabalhadores e empresários do setor de serviços descobrirem ser possível estabelecer o *home office* como modalidade permanente? É possível que num futuro breve, segmentos da atividade industrial – a partir da chamada revolução 4.0 e do desenvolvimento da internet das coisas – possam também ser realizados a partir de casa. O que o insulamento perene dos trabalhadores implicará para o convívio social?

Os operários da II Revolução Industrial – a partir de 1870 – foram confinados aos milhares durante horas e horas, todos os dias, em enormes plantas fabris. A partir do estabelecimento da disciplina laboral, com horários rígidos de entradas e saídas e intervalos para almoço, desenvolveram identidades de categoria e de classe em ações coletivas.

Esse ambiente acabou. A atomização do trabalhador em sua bolha individual, em reuniões virtuais e em seu habitat doméstico tende a enfraquecer laços afetivos, sociais e políticos. A uberização do trabalho nos serviços de transporte se soma a essas tendências. A escola também deve mudar, com a generalização do ensino a distância como forma de baixar custos. O teste forçado do confinamento sanitário mostrou a viabilidade do uso de uma tecnologia que ainda não havia sido utilizada em sua plenitude.

O trabalho não necessita mais de lugar fixo. O exemplo pioneiro vem das empresas de *call center*, que montaram suas bases em regiões marcadas por incipiente organização sindical, o que lhes permitiu pagar salários muito baixos, com vínculos flexíveis de emprego. Agora, percebe-se que um sem número de atividades prescinde de funcionários baseados em uma única cidade ou mesmo um único país. Uma verdadeira guerra pela redução dos custos do trabalho pode se estabelecer de forma ainda mais acentuada do que na atualidade.

Não é necessário mais exportar capitais na forma de escritórios ou centros de prestação de serviços em busca de mão de obra e preço da terra mais baratos. Um *laptop* e conexão estável de internet resolvem tudo. Claro que as empresas deverão externalizar os

custos de energia, comunicação e espaço físico para milhares de lares espalhados ao redor do planeta. O trabalho absorverá custos até aqui de responsabilidade do capital.

No início dos anos 2000, o pesquisador colombiano Jesús Martín-Barbero detectou uma grande transformação estrutural ocorrida nas empresas de mídia, através da deslocalização patrimonial e produtiva.

Este é um dos campos onde mais se manifesta o chamado pós-fordismo: a passagem da produção em série a outra mais flexível, capaz de programar variações quase “personalizadas” para seguir o curso das mudanças no mercado. Um modelo de produção assim, que responde aos ritmos de mudanças tecnológicas e a uma aceleração na variação das demandas não pode conduzir a menos que formas flexíveis de propriedade. Nos encontramos diante de verdadeiros movimentos de “deslocalização de propriedade” que, abandonando em parte a estabilidade buscada pela acumulação, recorre a alianças e a fusões móveis que possibilitam uma maior capacidade de adaptação às moveidas formas do mercado comunicativo e cultural (MARTÍN-BARBERO, 2007, p. 258, tradução nossa).

O que se apresentava como uma vertente própria de uma determinada forma de prestação de serviços se torna agora tendência generalizada. Se o trabalhador em si pode estar deslocalizado em relação à empresa, qual o sentido de grandes e pequenas companhias – de negócios de comunicação a escritórios de advocacia, de bancos a despachantes e empresas imobiliárias – arcarem com enormes custos imobiliários para manterem sedes em bairros mais ou menos valorizados, se tais custos podem ser repassados para o trabalhador em sua casa?

Edifícios inteiros podem ser esvaziados, bairros comerciais tendem a se tornar zonas fantasmas, com evidentes impactos deflacionários sobre o preço da terra. As empresas de transporte – urbanas, interurbanas e internacionais – terão menos demanda, assim como grandes espaços desenhados para convenções e encontros. Os deslocamentos serão reduzidos, o raio de ação das pessoas tenderá a ser menor, as viagens serão cada vez menos urgentes. A globalização das coisas – parafraseando Robert Kurz – se imporá em detrimento da globalização humana.

O novo normal do mercado teria assim o condão de reconfigurar também o espaço de forma radical.

Conclusões

À fadiga social e econômica imposta pela pandemia, seguem-se as consequências econômicas da guerra na Ucrânia. A recuperação econômica em vários países pode ser atingida por outra ordem de turbulências.

Diante das duras sanções impostas por Washington e por Estados da Europa Ocidental à Rússia, de restrições à exportação de petróleo e gás feitas para a Europa Ocidental e as limitações para as exportações de grãos da Ucrânia, uma forte inflação nos preços de energia e alimentos se espalha pelos países centrais, com efeitos multiplicadores na periferia. Mais uma vez caberá aos Estados nacionais a tarefa de recuperar as economias.

Leiamos novamente Branko Milanovic, em artigo de junho de 2022:

Apesar das preocupações frequentemente expressas, a Europa rica pode sobreviver ao próximo inverno sem energia russa e com preços mais altos dos alimentos. Na pior das hipóteses, terá de lidar com vários anos de “estagflação” – não é uma perspectiva agradável, mas não é algo que leve as populações quase inteiramente entre os 20% das pessoas mais ricas do mundo a um estado de desespero.

A situação é diferente no Oriente Médio, África e partes da América Latina. Os importadores de alimentos e energia serão atingidos por um grave choque em seus termos de troca: os preços das importações aumentarão. Após o esgotamento da população causado pela pandemia, isso sobrecarregará ainda mais a paciência de muitos. Além disso, os pobres gastam a maior parte de suas escassas rendas em alimentos e energia. As pesquisas mostram que os alimentos e a energia (incluindo os transportes, que também dependem fortemente dos preços da energia) representam cerca de três quartos das despesas das famílias pobres. Se os custos de óleo de cozinha, pão, macarrão, gás e viagens de ônibus e trem aumentarem, sobrá pouco ou nada para cobrir o restante das necessidades domésticas (MILANOVIC, 2022, tradução nossa).

É precipitado e arriscado assegurar que algo mudará na geopolítica mundial quando a economia mundial se recuperar desses dois impactos recentes, a pandemia e a guerra. Ou como mudará a vida em sociedade.

A história está em curso. Ninguém tem ideia de como será o mundo para os que ficarem. A mudança das lógicas espacial, territorial, cultural e afetiva do que virá a ser um ambiente global que nunca aboliu suas fronteiras para seres humanos pode ser estrutural. Para melhor ou para pior.

Esse futuro pós-pandêmico e pós-guerra não está dado. Uma saída construtiva e coletiva implica a inversão da lógica da globalização do capital especulativo, repetida até a náusea, dada como inevitável e imposta como se fosse a oitava maravilha do mundo.

A encruzilhada aponta dois caminhos, como aludido no início deste artigo. A resolução dessa escolha se dará no terreno dos choques sociais. Vale dizer, no terreno da política.

Referências bibliográficas

BARRO, R, URSUA, J. F. e WENG, J., “The Coronavirus and the Great Influenza Pandemic: Lessons from the ‘Spanish Flu’ for the Coronavirus’s Potential Effects on Mortality and Economic Activity”. National Bureau of Economic Research, *Working paper 26866*, 27 pp. 2020. Disponível em <https://www.nber.org/papers/w26866>. Acesso em 13 ago. 2022.

BBC NEWS BRASIL (Cecília Barría), “Coronavírus: o que as grandes economias do mundo estão fazendo para evitar falências e a falta de dinheiro”, 21 mar. 2020. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51983863>. Acesso em: 06 ago. 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique, “A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República”, in *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.44, Jan/jun. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000100001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 ago. 2022.

CZERESNIA, Dina e RIBEIRO, Adriana, “O conceito de espaço em epidemiologia: uma interpretação histórica e epistemológica”, *Cadernos de Saúde Pública*, vol.16 n.3. Rio de Janeiro Jul./Set. 2000. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2000000300002. Acesso em: 28 jul. 2020.

EL-ERIAM, Mohamed, “A new normal”, *Secular Outlook*, maio 2009. Disponível em <https://seekingalpha.com/instablog/296964-living4dividends/4439-secular-outlook-mohamed-el-erian-may-2009-a-new-normal>. Acesso em: 16 ago. 2022.

FOLHA DE S. PAULO, "FHC vê novo Renascimento e evita falar em desemprego", Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/12/18/brasil/3.html>. *Folha de S. Paulo*, 18 dez. 1997.

KURZ, Robert, *O colapso da modernização*. Tradução: Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1993.

LAMPREIA, Luiz Felipe, "A política externa do governo FHC: continuidade e renovação", in *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 41, Jul/dez. 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000200001. Acesso em: 27 jul. 2022.

MARTIN-BARBERO, Jesús, *Médios y culturas* in Nosty, Bernardo Diaz (org.), *Tendencias 07 – Medios de comunicación – El escenario latinoamericano*, Ariel. Barcelona, Fundación Telefónica, 2007.

MILANOVIC, Branko, The real pandemic danger is social collapse, *Foreign Affairs*, 2020. Disponível em (<https://www.foreignaffairs.com/articles/2020-03-19/real-pandemic-danger-social-collapse>). Acesso em: 04 ago. 2022.

MILANOVIC, Branko, “China to the rescue?”, *Social Europe*, 19 mar. 2022. Disponível em <https://socialeurope.eu/china-to-the-rescue>. Acesso em: 26 ago. 2022.

OIT, *ILO Monitor on the world of work*, 2022. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_845642.pdf.

OLIVEIRA, Ricardo Devides, “Assim nasce a geografia da pandemia”, *Outras palavras*, 29 mai. 2020. Disponível em <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/assim-nasce-a-geografia-da-pandemia/> Acesso em: 29 mai. 2022.

OMS - WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard. Disponível em <https://covid19.who.int/> Acesso em: 12 set. 2022.

POLANYI, Karl, *A grande transformação – As origens de nossa época*. 2ª. edição. Tradução Fanny Wrobel, Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000.

SPINNEY, Laura, *Pale rider, the Spanish flu os 1918 and how it changed the world*. Nova York. Hachette Book Group, 2017.

TESOURO TRANSPARENTE, Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>. 2022

THE ECONOMIST, “What would Keynes do? The pandemic will leave the rich world deep in debt, and force some hard choices”, *Economist*, 23 abr. 2020. Disponível em <https://www.economist.com/briefing/2020/04/23/the-pandemic-will-leave-the-rich-world-deep-in-debt-and-force-some-hard-choices>.

TUCÍDEDES, *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução Mário da Gama Kury. Brasília, Editora da UnB, 1987.

O mundo pós-pandemia: o novo normal neoliberal e o papel do Estado

Resumo: Embora a pandemia tenha perdido impulso em praticamente todos os países e a letalidade tenha se reduzido muito, em função do advento das vacinas, seus efeitos na vida social tendem a ser profundos e extensos. O principal deles está no papel do Estado nas áreas de saúde e sua capacidade de realizar ações anticíclicas para mitigar as decorrências econômicas da difusão do vírus. O consenso liberal de uma suposta supremacia do mercado sobre o poder público caiu por terra ao longo de 2020-21, quando vários governos realizaram vultosos gastos que impediram que a crise saísse do controle. Mesmo assim, as relações sociais, a organização do trabalho e o espaço urbano, em especial, podem também sofrer mudanças qualitativas. O artigo busca debater essas e outras questões sobre um possível novo normal no plano global.

Palavras-chave: Pandemia – Saúde pública – Crise econômica - Estado

The post-pandemic world: the new normal of the neoliberalism and the role of the State

Abstract: Although the pandemic has lost momentum in practically all countries and lethality has been greatly reduced due to the advent of vaccines, its effects on social life tend to be profound and extensive. The most important of all is the role of the State in the health area and its ability to carry out counter-cyclical actions to mitigate the economic consequences of the spread of the virus. The liberal consensus of the supposed supremacy of the market over public power fell apart during 2020-21, when several governments made huge expenditures that prevented the crisis from running amok. Even so, social relations, work organization and urban space, in particular, can also undergo qualitative changes. The present article seeks to discuss these and other questions about a possible "new normal" at the global level.

Keywords: Pandemic - Public health - Economic crisis – State

El mundo pospandemia: el nuevo normal neoliberal y el papel del Estado

Resumen: Aunque la pandemia ha perdido fuerza en prácticamente todos los países y la letalidad se ha reducido mucho, debido al advenimiento de las vacunas, sus efectos en la vida social suelen ser profundos y extensos. El principal es el papel del Estado en las áreas de salud y su capacidad para realizar acciones contracíclicas para mitigar las consecuencias económicas de la propagación del virus. El consenso liberal de la supuesta supremacía del mercado sobre el poder público se desmoronó durante 2020-21, cuando varios gobiernos realizaron cuantiosos gastos que impedirían que la crisis se descontrolara. Aun así, las relaciones sociales, la organización del trabajo y el espacio urbano, en particular, también pueden sufrir cambios cualitativos. El artículo busca discutir estas y otras interrogantes sobre una posible nueva normalidad a nivel global.

Palabras clave: Pandemia - Salud pública - Crisis económica – Estado